

processo de globalização das economias e à conseqüente inserção do país na corrente dessas transformações. Concedida a Eustáquio Gomes e

publicada originalmente no Correio Popular de Campinas, em 11 de janeiro de 1997 – menos de três meses antes do acidente vascular cerebral que o

levaria em 9 de março do mesmo ano – esta foi a última entrevista concedida por Debrun. Nela, ele expressa a crença de que o Brasil, na linha

“antropofágica” que sempre o caracterizou, seria capaz de assimilar as transformações em curso e “emergir” nas primeiras décadas do século 21.

run disseca a globalização



Michel Debrun em 1991 (acima) e em janeiro de 1997, três meses antes de sua morte



Fotos: Antoninho Perilli/AAN

comunicacional. Além disso o processo, precisamente por ser “auto” e não comandado de cima para baixo, comportaria possibilidades de auto-correção, garantindo, a médio prazo, o pleno emprego (ou quase) dos fatores econômicos envolvidos. Pode ser que seja assim em vários casos e, para esses casos, o neoliberalismo pode ser considerado como a teoria verdadeira da globalização. O que ele não vê, porém, é que ao lado dessa globalização “suave” existe e se espraia uma globalização “selvagem”, enquadrada no terceiro tipo da nomenclatura que mencionei.

É possível fazer frente a essa face selvagem da globalização sem entrar em conflito direto com as forças que hoje determinam as relações internacionais?

Vou dar dois exemplos de natureza oposta. Nos Países Baixos o primeiro ministro Wim Kok, antigo líder sindicalista social-democrata, adotou o lema “jobs, jobs, jobs”. Isto queria dizer prioridade absoluta para o emprego, para a multiplicação dos empregos, cada indivíduo adquirindo, senão a garantia vitalícia desse emprego, pelo menos a quase garantia de um emprego. Tratava-se de neutralizar, de antemão, o impacto trabalhista da globalização tecnológica, seja qual for sua evolução. Para tanto se inventou uma parafernália, aliás bem-sucedida, que inclui desde macetes neoliberais como a redução ou a eliminação das taxas sobre empresas ou a diminuição consensual de certos salários, passando pela adoção da semana de 36 horas em vários ramos e pela destinação dos ganhos de produtividade das empresas à formação polivalente de jovens trabalhadores ou à reciclagem dos mais velhos. Trata-se, para além do estado de bem-estar perdido, de instaurar algo mais enxuto, uma economia social de mercado. A melhoria da produtividade faz o restante, isto é, permite enfrentar vitoriosamente a concorrência internacional. Em síntese, o caso holandês representa um caso de resistência suave, mas intransigente, às condições dos novos tempos. Bem diferente do voluntarismo tenso do governo francês – este é exemplo oposto – que, face à resistência do conjunto da população a qualquer mudança substancial do estado de bem-estar, tenta desesperadamente manter as coisas como estão, disposto até a lançar mão de uma eventual desvalorização do franco frente ao dólar e ao marco.

Nesse contexto, como fica o Brasil?

O Brasil é um terceiro caso, intermediário entre a França e os Países Baixos. Aparentemente mais perto destes, já que procura, como eles, meios de absorver ou contornar suavemente os fluxos neoliberais. Mas com maior vontade de auto-afirmação nacional do que os Países Baixos, que admitem sem maiores restrições sua integração na Comunidade Européia e são defensores incondicionais da moeda única. Estão também prontos para uma

Não acredito que as nações, pelo menos as macro ou supra-nações, tendam a desaparecer

eventual ordem internacional sem fronteiras. Nesse ponto, o Brasil me parece mais próximo da posição francesa, como ficou claro em Cingapura, onde as posições da delegação brasileira nem sempre coincidiram com as exigências neoliberais e com as posições norte-americanas.

Mas o impacto dessas transformações pode ser maior do que qualquer capacidade de resistência que o Brasil possa vir a demonstrar. Não lhe parece?

Para contextualizar o Brasil e tomar seu pulso nesse processo, talvez fosse bom recordar à linha “antropofágica” que, partindo de Oswald de Andrade, passa por Gilberto Freyre e chega a Darcy Ribeiro. O que essa linha diz, sob uma linguagem por vezes irônica, por vezes ufânista, é o seguinte: o Brasil tem uma capacidade fantástica de deglutir, rearranjar ou mesmo neutralizar tudo o que vem de fora, mesmo que de início possa parecer um recipiente passivo, como no caso das tábuas da lei do FMI. Na verdade o Brasil faz como fazia o general Kutusov, que em 1812 permitiu que Napoleão avançasse pelas estepes russas para em seguida apanhá-lo na armadilha do inverno e da fome. Vejo o Brasil como um dos três países-continentes que provavelmente vão emergir nas primeiras décadas do próximo século [século XXI]. É o caso da China e talvez da Rússia, se esta for capaz de escapar ao caos econômico, social, político, militar e ético em que se acha mergulhada. Se levarmos em conta a existência dos Estados Unidos, do Japão (ou da esfera asiática) e da Comunidade Européia, parece-me que a dinâmica mundial não vai se dar no sentido projetado ou mesmo anunciado como certo pelo neoliberalismo. Não acredito que as nações, pelo menos as macro ou supra-nações, tendam a desaparecer, mesmo que homogeneizações setoriais possam se multiplicar.

Em sua opinião, o governo brasileiro [de Fernando Henrique Cardoso] está reagindo adequadamente a esse processo?

Apesar de me considerar um nacionalista brasileiro, permaneço cidadão francês e como tal não me sinto no direito de opinar sobre a conjuntura política brasileira. Direi apenas que o Real, sejam quais forem os prós e contras que se possam alinhar para avaliar sua performance, está se constituindo, enquanto mito coletivo, num formidável filme inaugural da nacionalidade. Mais exatamente da nação sócio-política, já que, a meu ver, a nacionalidade sócio-cultural (o futebol, o carnaval, a música popular e sobremaneira essa agregação diária em torno da novela) existe já faz tempo. Contanto que o Real perdure e seu mito seja alicerçado, o Brasil me parece capaz de enfrentar os perigos da globalização e até aproveitar suas eventuais benesses através de políticas que não sejam, em parte ou na totalidade, forçosamente neoliberais.